

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JHONATHAN HENRIQUE MESSIAS HELMER

**PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DA
NBC TG 1000 APLICADA ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS NA CIDADE DE
CACOAL-RO.**

**Trabalho De Conclusão De Curso
Artigo Científico**

**CACOAL- RO
2016**

JHONATHAN HENRIQUE MESSIAS HELMER

**PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DA
NBC TG 1000 APLICADA ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS**

Artigo - Trabalho Conclusão de Curso apresentado à
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR –
Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, como
requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientador: Profa. Ms. Ellen Cristina de Matos.

**CACOAL- RO
2016**

Helmer, Jhonathan Henrique Messias.

H478p Percepção do profissional contábil diante da implantação da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e microempresas na cidade de Cacoal-RO/ Jhonathan Henrique Messias Helmer – Cacoal/RO: UNIR, 2015.

31 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientadora: Profa. Ma. Ellen Cristina de Matos.

1. Ciências contábeis. 2. NBC TG 1000. 3. Pequena empresa - Microempresa. I. Matos, Ellen Cristina de. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR CAMPUS
PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES DEPARTAMENTO
ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

O artigo - Trabalho Conclusão de Curso - intitulado: “Percepção do profissional contábil diante da implantação da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e microempresas”, elaborado pelo acadêmico Jhonathan Henrique Messias Helmer, foi avaliado em ____ de fevereiro de 2016, julgado _____ pela banca examinadora formada por:

Profa. Ms. Ellen Cristina de Matos
Presidente

Prof. Ms. Geraldo da Silva Correia
Membro

Prof^a. Ms. Liliane Maria Nery Andrade
Membro

Média

PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DA NBC TG 1000 APLICADA ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS.

Jhonathan Henrique Messias Helmer¹

RESUMO: O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.255/09 aprovou a NBC TG 1000 - Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica Geral, com o objetivo de adequar a contabilidade das pequenas e médias empresas às práticas internacionais. Esta pesquisa buscou verificar a percepção dos profissionais contábeis diante da adoção da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e médias empresas na cidade de Cacoal - RO. Para alcançar o objetivo, foi elaborado e aplicado questionário a uma amostra de 12 profissionais atuantes nos escritórios de contabilidade. A análise dos dados coletados possibilitou verificar que os principais fatores que dificultam a adoção plena da NBC TG 1000 são: a complexidade do texto da norma e a consequente dificuldade de entendimento/compreensão pelos profissionais, pouca oferta que ocasiona a falta de participação em cursos que possibilitem o contato com o aprendizado acerca da norma para posteriormente realizar a aplicação correta, a necessidade de cumprimento das exigências fiscais e a falta de interesse em obter conhecimento por parte dos clientes em relação à importância da utilização das demonstrações contábeis aos usuários na tomada de decisão. Embora a maioria dos respondentes ainda não tenha domínio pleno da norma, concordam que há agregação de valor à contabilidade com a sua aplicação, proporcionando a comparabilidade dos demonstrativos e adequação aos padrões de procedimentos contábeis internacionais.

Palavras-chave: NBC TG 1000, Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Escritórios Contábeis.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade é um importante instrumento para o processo de tomada de decisões em qualquer nível e atividade econômica. As informações produzidas pela aplicação das técnicas contábeis são capazes de criar condições aos seus usuários, de decidir sobre o destino de qualquer entidade econômica e de avaliar a capacidade de seus administradores na gestão das operações (PEREIRA, 2015).

Se os usuários compreenderem corretamente as informações produzidas, estas se tornarão mais úteis aos seus propósitos. No mundo globalizado, a elaboração de demonstrações financeiras baseadas nos mesmos critérios é essencial para a uniformização e comparabilidade das mesmas em países distintos, sendo esse o principal fator a impulsionar a adoção de práticas contábeis internacionais (PEREIRA, 2015).

No Brasil, há tempos, a contabilidade de pequenas e médias empresas (PMEs) era voltada principalmente para atender a legislação fiscal. Porém, com a aprovação da NBC TG 1000 (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas), por meio da Resolução CFC nº 1.255 de 10/12/2009, foram introduzidas modificações nos procedimentos e práticas contábeis

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles, com TCC elaborado sob a orientação da Professora Ms. Ellen Cristina de Matos

para essas empresas, com o objetivo de harmonizar as demonstrações contábeis brasileiras com as demonstrações de outros países. Surge a necessidade de mudança na atuação dos profissionais contábeis que, além de observar as regras do fisco, passaram a exercer análises necessárias ao registro das transações econômicas na contabilidade das empresas (KLEIN JÚNIOR; SOUZA, 2013).

A necessidade da convergência da contabilidade aos padrões internacionais se dá pela crescente abertura da economia brasileira aos mercados internacionais, tornando possível a compreensão das informações contábeis por usuários estrangeiros. No Brasil, não somente empresas de capital aberto ou sociedades de grande porte, mas as pequenas e médias empresas também devem adotar as normas emanadas pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio de um Pronunciamento Técnico Contábil específico, o CPC PME (FARIA; SILVA, 2014).

Menezes *et al.* (2014), comenta que o processo de convergência das informações contábeis alcançado com a adoção de práticas contábeis em conformidade com o padrão internacional, deve influenciar no aumento do desenvolvimento e da competitividade dessas empresas perante o mercado globalizado, reduzindo, inclusive, o índice de mortalidade empresarial.

A disponibilidade de informações fidedignas sobre o desempenho econômico e financeiro dessas empresas aos *stakeholders* (proprietários, investidores, empregados, clientes, fornecedores, sindicatos, governos etc.) implicará numa melhor avaliação da sustentabilidade dos negócios, tendo como consequência menor custo na captação de capital e maior acesso ao crédito (MENEZES, 2014).

A adoção de normas internacionais de contabilidade pelas empresas mundiais está associada a benefícios econômicos como forma de atração de maior volume de investimentos, uma vez que o processo de globalização trouxe para primeiro plano a demanda por informações contábeis confiáveis e comparáveis para suportar a variedade de transações e operações deste mercado. Quanto maior a transparência, clareza e compreensibilidade das informações financeiras das empresas, menor será o risco percebido por um investidor à sua aplicação de recursos e menor será o retorno exigido para o seu investimento, em benefício da redução do custo de capital das empresas (ANTUNES, *et al.* 2007)

Segundo Deloitte² (2011) as PMEs têm um papel significativo nas relações internacionais, pois praticamente todos os países, não importa o tamanho de sua economia, mais de 99% das empresas têm menos de 50 colaboradores, sendo 28 milhões de PMEs na União Europeia e 20 milhões de PMEs nos Estados Unidos. No Brasil, são cerca 6 milhões de PMEs, que ao elaborar e publicar suas demonstrações financeiras conforme as IFRS para PMEs, contribuirá para melhorar a qualidade e a comparabilidade das demonstrações financeiras em todo o mundo e as ajudará a obter acesso a fontes de financiamento.

Contudo, na profissão contábil em sua atividade laboral, se baseia nos conhecimento das suas responsabilidades, pautado pelas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) e da legislação em vigor, Resolução CFC nº 803/1996, que trata do código de ética do contabilista, contendo as normas e padrões norteadores do relacionamento entre sociedade e a classe contábil, com o objetivo de fixar a forma pela qual se devem conduzir os profissionais contábeis, quando no exercício de sua profissão (DA COSTA, 2015).

Considerando que a NBC TG 1000, busca a padronização internacional de normas e procedimentos para as pequenas e médias empresas, o que tende a facilitar a comunicação e comparabilidade de informações contábeis entre os diversos países, sendo, portanto, um assunto de interesse de todos os profissionais da área contábil bem como dos empresários e investidores.

Diante da contextualização, constituiu problema da pesquisa o seguinte questionamento: Qual a percepção dos profissionais bacharéis em Ciências Contábeis do Município de Cacoal – RO, que atuam no setor ou departamento de escrituração contábil de escritórios contábeis, com relação à importância da NBC TG 1000, os benefícios e desafios resultantes das mudanças advindas da aplicabilidade dela a contabilidade das pequenas e médias empresas?

Constituiu objetivo geral da pesquisa: analisar a situação dos escritórios contábeis do Município de Cacoal - RO com relação à adequação da contabilidade das pequenas empresas NBC TG 1000, verificando a opinião dos profissionais bacharéis em Ciências Contábeis dos escritórios de contabilidade, com relação à importância da resolução, os benefícios e desafios resultantes dessas mudanças.

² Deloitte (2011) “Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Disponível em: < http://www.deloitte.com.br/publicacoes/2007/Pocket_PME.pdf> Acesso em 12 de Abril de 2015.

Os objetivos específicos que nortearam o alcance do objetivo do objetivo geral e consequente resposta ao problema da pesquisa foram: abordar sobre as Normas aplicáveis à Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas, tais como: Código Civil, a Lei das Sociedades por Ações, a NBC TG 1000 (PME) e a diferença com relação à ITG 1000, a adoção plena do PME, seu alcance e objetivo das demonstrações contábeis; num segundo momento apresentar a importância da informação contábil para a gestão das Pequenas e Médias Empresas e traçar um paralelo entre a NBC T 19.13, de 2007 e a NBC T 19.41, de 2010; e por último averiguar as alterações nas normas contábeis aplicadas as Pequenas e Médias Empresas, identificando e evidenciando as contribuições da NBC TG 1000 para gestão de pequenas e médias empresas e os desafios enfrentados na implantação pelos profissionais entrevistados.

O presente estudo justificou-se pela relevância em por estimular a discussão quanto a efetividade de adoção da NBC TG 1000 para PMEs, quanto ao nível de compreensão, identificando de que forma os profissionais bacharéis em Ciências Contábeis que atuam no setor ou departamento de escrituração contábil da cidade de Cacoal-RO, estão procedendo para adequação plena da norma, identificando os benefícios e desafios resultantes dessas mudanças.

Para desenvolver a pesquisa foi utilizada na metodologia a pesquisa considerada aplicada, exploratória, bibliográfica, cujo método de abordagem foi o dedutivo, e considerando a natureza dos dados realizou-se uma abordagem qualitativa acerca dos dados coletados em pesquisa de campo com aplicação de questionário misto por meio do qual se verificou a opinião de doze (12) profissionais bacharéis em Ciências Contábeis que atuam no setor ou departamento de escrituração contábil com relação à importância da resolução, os benefícios e desafios resultantes das mudanças resultantes da NBC TG 1000, no Município de Cacoal – RO.

O presente artigo se inicia por esta introdução ao estudo; na sequência tem-se a fundamentação teórica da pesquisa com o embasamento necessário para as a análise e discussões acerca da temática estudada; a metodologia da pesquisa na qual se descreve as técnicas e procedimentos realizados para o desenvolvimento deste artigo; a análise e discussão dos dados coletados, realizando um paralelo entre as informações concedidas pelos respondentes com o apresentado na fundamentação teórica; as considerações finais sobre o estudo realizado; referências e apêndices.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os aspectos teóricos que nortearam a presente pesquisa compõem-se das seguintes temáticas apresentadas: As pequenas e médias empresas: conceitos, características e estatísticas; Contabilidade para pequenas e médias empresas; O padrão IFRS e a convergência as normas de contabilidade para pequenas e médias empresas, abordando aspectos relacionados à importância da harmonização dos relatórios contábeis em âmbito internacional.

2.1 AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NO BRASIL: CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E ESTATÍSTICAS.

No Brasil, a maioria das empresas é classificada como pequena ou média empresa nas atividades de comércio, serviços, indústria extrativa mineral, indústria de transformação e indústria da construção e, por isso, possuem grande importância para a economia do país. Segundo dados de pesquisas do Serviço e Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE - (2014), as micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riqueza no comércio no Brasil (53,4% do PIB deste setor).

No PIB da indústria, a participação das micro e pequenas (22,5%) já se aproxima das médias empresas (24,5%). E no setor de Serviços, mais de um terço da produção nacional (36,3%) têm origem nos pequenos negócios. Existe cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País, representando mais da metade dos empregos formais gerados, atingindo 27% da participação no PIB, ou seja, mais de um quarto do Produto interno bruto brasileiro segundo pesquisa da Fundação Getúlio Vargas em 2011.

Segundo Marion e Silva (2013), a classificação das pequenas e médias empresas se diversifica à medida que são encontrados novos elementos que são relevantes para sua caracterização. Algumas pesquisas abordam como característica fundamental o número de funcionários, outras enfocam o seu faturamento bruto, existindo ainda aquelas que conseguem articular esses dois critérios.

Para Souza (2008) *apud* Marion; Silva (2013, p. 3) comenta que a primeira definição para as pequenas e médias empresas ocorreu primeiramente nos Estados Unidos, no ano de 1948, pelo *Selective Service Act*, uma espécie de estatuto da pequena empresa naquele país, e na época as premissas básicas para o enquadramento de pequena empresa seriam:

- a. Não poderia ter uma posição dominante no comércio ou na indústria;
- b. Não poderia fazer a contratação de mais de 500 funcionários;
- c. Teria que ser possuída e operada de forma independente.

São apresentados na figura 1 os critérios de enquadramento utilizados por duas instituições de sólida participação econômica e social no Brasil, bem como a Comissão Europeia.

	CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO	VALOR DA RECEITA	PESSOAS OCUPADAS
Lei no 123/06, art. 3o, § 1o e § 2o Lei no Complementar 139/11	Microempresas	Até 360 mil reais	
	Empresas de pequeno porte	De 360 mil reais até 3,6 milhões de reais	
SEBRAE	Microempresas		Até 19 na indústria e construção e até 9 no comércio e serviços
	Empresas de pequeno porte		De 20 a 99 na Indústria e construção e de 10 a 49 no comércio e serviços
BNDES	Microempresas	Menor ou igual a 2,4 milhões de reais	
	Empresas de pequeno porte	Maior que 2,4 milhões e menor ou igual a 16 milhões de reais	
COMISSÃO EUROPEIA (2003/361/CE)	Microempresa	Não excede 2 milhões de euros	Menos de 50 pessoas
	Pequena empresa	Não excede 10 milhões de euros	Menos de 50 pessoas

Figura 1: Critérios de enquadramento empresarial.

Fonte: (MARION; SILVA, 2013, p. 3).

Não existe critério único universalmente aceito para definir as Pequenas e médias empresas, vários indicativos podem ser utilizados para a classificação das empresas nas categorias micro, pequena, média e grande, mas eles não podem ser considerados completamente apropriados e definitivos para todos os tipos de contexto.

As definições de pequenas e médias empresas consideram o número de empregados, o volume de negócios ou a quantidade de ativos, ou, ainda, a emissão de títulos públicos de dívida. Tais conceituações causam, na compreensão das pessoas, certa confusão em relação ao entendimento do que trata a essência da aplicação da norma (PEDROZA; CAVALCANTE, 2014).

É importante que preparadores e usuários das demonstrações financeiras entendam que essa definição, em termos de práticas contábeis e de acordo com as normas internacionais, passa a ser em função do público a que se destinam as demonstrações contábeis e das necessidades de informações sobre uma ampla gama de usuários (PEDROZA; CAVALCANTE, 2014).

Os conceitos de pequenas e médias empresas no Brasil são definidos de diversas formas, conforme apresentado na figura 2:

ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS	DEFINIÇÃO
CPC PME	Considera a emissão de títulos públicos
CFC	Considera a emissão de títulos públicos
Lei Complementar 123	Considera a Receita bruta anual
Receita Federal	Considera a Receita bruta anual
BNDES	Considera a Receita bruta anual
SEBRAE	Considera a Receita bruta anual Considera o número de empregados
IBGE	Considera o número de empregados
RAIS	Considera o número de empregados

Figura 2: Aspectos considerados para definição de Pequenas e Médias Empresas.

Fonte: (PEDROZA; CAVALCANTE, 2014, p. 5).

A partir de 2012, com a Lei Complementar Federal nº 139, de 10/11/2012, à classificação das micro e pequenas empresas ocorre de acordo com o faturamento anual apresentado na figura 4:

PORTE	FATURAMENTO ANUAL
Microempresas	Até R\$ 360 mil
EPP – Pequenas Empresas	Acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões

Figura 4: Classificação de micro e pequenas empresas de acordo com o faturamento anual.

Fonte: (MARION; SILVA, 2013, p. 5).

2.2 CONTABILIDADE PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

A Contabilidade passou por períodos evolutivos após a publicação da obra de Luca Pacioli em 1494, com a sistematização e difusão do método das partidas dobradas. A contabilidade foi transformada em uma das disciplinas mais complexas e difundidas no meio empresarial e acadêmico. Mediante tais constatações, faz-se necessário discutir a relevância das informações contábeis e a sua capacidade de ajudar o usuário a adotar as melhores decisões econômico-financeiras (MARION; SILVA, 2013).

Em 1976 foi promulgada a lei 6.404/76, a chamada Lei das Sociedades Anônimas, com suas alterações conforme lei 11.638/2007 e a Lei 11.941/2009, que foram as principais leis responsáveis pelas mudanças ocasionadas na contabilidade brasileira. Em função da evolução do mercado e das alterações 11.638/2007 e 11.941/2009, foi criado um dos mais importantes órgãos reguladores das normas e pronunciamentos contábeis no Brasil, mediante resolução CFC nº 1055/2005 o CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), a partir da união de importantes entidades, como APIMEC Nacional, BM&FBOVESPA, CFC, FIPECAFI, IBRACON, ABRASCA, e outras convidadas, como CVM, BACEN, SUSEP, SRF, entre outros (OLIVEIRA et al.2012).

Neste contexto, objetivo da Resolução CFC nº 1.055/2005 é:

“estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações dessa natureza, visando permitir a emissão de normas uniformes pelas entidades-membro, levando sempre em consideração o processo de convergência às normas internacionais” (CFC, 2009, p. 2).

As normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo CFC são elaborados para aplicação de demonstrações contábeis para fins gerais e outros relatórios financeiros destinados a empresas que tenham fins lucrativos. As demonstrações contábeis para fins gerais devem abranger usuários externos e o público em geral que tenha algum tipo de interesse nestas demonstrações (SANTA; LAFFIN, 2012).

As Pequenas e Médias Empresas muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais (CPC, 2009).

Segundo a NBC TG 1000, o objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é;

“oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxos de caixa da entidade, que é útil para a tomada de decisão por vasta gama de usuários que não está em posição de exigir relatórios feitos sob medida para atender suas necessidades particulares de informação (CFC 2009, p. 9).

O Pronunciamento Técnico para PMEs consiste numa versão simplificada do CPC completo, sendo um pronunciamento único e independente. Trata-se, portanto, de um texto menor em que foram eliminados princípios sobre operações complexas que raramente existiriam nas empresas de pequeno e médio porte, em que se verifica a opção pela simplificação dos reconhecimentos e mensurações, além da redução do volume e da complexidade das informações requeridas (MENEZES *et al.* 2014).

O objetivo é transformar as diversas práticas contábeis em uma linguagem única, aceita por diversos países, viabilizando a comparabilidade das demonstrações contábeis produzidas em países distintos. A resolução CFC nº 1.255/2009 resultou na aprovação da NBC TG 1000, com vigência para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, inserindo as pequenas e médias empresas brasileiras no contexto da convergência das normas contábeis nacionais ao padrão internacional (FARIA; SILVA, 2014)

2.2.1 Conjunto completo de demonstrações contábeis de acordo com a NBC TG 1000

O conjunto completo de demonstrações contábeis previstos pela NBC TG 1000 inclui as seguintes demonstrações:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b) demonstração do resultado do período de divulgação;
- (c) demonstração do resultado abrangente do período de divulgação, a qual pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou dentro das mutações do patrimônio líquido; mas quando apresentada separadamente, começa com o resultado do período e se completa com os itens dos outros resultados abrangentes;
- (d) demonstração das mutações do patrimônio líquido para o período de divulgação;
- (e) demonstração dos fluxos de caixa para o período de divulgação;
- (f) notas explicativas, compreendendo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias (CFC, 2009).

De acordo com o CPC, PMEs são as sociedades fechadas e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas não incluindo:

- (i) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- (ii) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07;
- (iii) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto (CPC, 2009).

O conceito Empresas de Pequeno e Médio Porte adotado nesta Norma não inclui:

- (I) as companhias abertas, reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM;
- (II) as sociedades de grande porte, como definido na Lei nº. 11.638/07;
- (III) as sociedades reguladas pelo Banco Central do Brasil, pela Superintendência de Seguros Privados e outras sociedades cuja prática contábil é ditada pelo correspondente órgão regulador com poder legal para tanto (CRCPR, 2013).

Também são tidas como PMEs as sociedades por ações, fechadas (sem negociação de suas ações ou outros instrumentos ou de dívida no mercado e que não possuam ativos em condição fiduciária perante um amplo grupo de terceiros), mesmo que obrigadas à publicação de suas demonstrações contábeis, são tidas, para fins desta norma, como pequenas e médias

empresas, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/2007 como sociedades de grande porte.

As sociedades limitadas e demais sociedades comerciais, desde que não enquadradas pela Lei nº. 11.638/2007 como sociedades de grande porte, também são tidas, para fins da norma, como pequenas e médias empresas (CFC 2009).

Na figura 5 é apresentado um resumo das demonstrações contábeis que as pequenas e médias empresas devem elaborar de acordo com o item 3.17 do CPC PME:

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	PME
Balanço Patrimonial	Obrigatório
Demonstração do Resultado (DRE)	Obrigatória
Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)	Obrigatória. Pode ser apresentada dentro da DMPL
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	Obrigatória
Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	Obrigatória
Notas Explicativas	Obrigatória

Figura 5: Conjunto completo das demonstrações contábeis.

Fonte: MENDES, Wagner (2014).

2.2.2 Quem deve adotar a norma?

Como consequência da existência de tantas classificações, principalmente relacionadas a legislação tributária, se faz necessário entender o conceito de pequena e média empresa do CPC PME, para identificar a que tipo de empresas ele faz referência.

O conceito de pequenas e médias empresas utilizado neste trabalho segue o disposto na Resolução CFC Nº. 1.255/2009 que aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, norma que se destina à utilização por pequenas e médias empresas, na qual preceitua que pequenas e médias empresas são empresas que:

- (a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e
- (b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos (proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito).

Uma empresa tem obrigação pública de prestação de contas se:

- (a) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais); ou

(b) possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos e bancos de investimento.

Segundo Silva e Marion (2014) o conceito de condição fiduciária, significa valores fictícios, fundados na confiança com que foram emitidos, exemplo o cheque bancário é uma moeda fiduciária (detêm e geram recursos financeiros que foram confiados pelo cliente ou membros não envolvidos na gestão da entidade). A norma fornece os seguintes exemplos de entidades excluídas do âmbito do IFRS para as PMEs, por terem os ativos em uma capacidade fiduciária: bancos; cooperativas de crédito; companhias de seguros; distribuidoras de valores; fundos mútuos; e banco de investimento.

2.3 ASPECTOS DA NBC T 19.41 E NBC T 19.13 COM RELAÇÃO A NBC TG 1000

Em 2006 no Brasil, sendo chefe de governo Luiz Inácio Lula da Silva, o poder legislativo institui a Lei Complementar nº 123/2006, estabelecendo normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Na mesma lei estabeleceu-se a definição de microempresa e de empresa de pequeno porte, considerando para todos os efeitos as microempresas ou empresas de pequeno porte, sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 do Código Civil, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas (BRASIL, LC. Nº 123 de 14/12/2006).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), preocupado com o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 123/2006, constituiu uma comissão técnica para tratar do tema contabilidade simplificada. Em julho de 2007, a comissão técnica apresentou ao Comitê Gestor do Simples Nacional, uma proposta de NBC facultando para as MEs e EPPs o regime de escrituração contábil simplificada e, não, de contabilidade simplificada, conforme redação equivocada do art. 27 da Lei complementar nº 123/06. Após este trâmite, a proposta foi posta em audiência pública e, em dezembro de 2007, foi editada a Resolução CFC nº 1.115/2007, aprovando a NBC T 19.13, que fala sobre a Escrituração Simplificada para MPEs (SANTA; LAFFIN, 2012).

Quanto a NBC T 19.13, a norma facultava a elaboração da demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, das demonstrações das mutações do patrimônio líquido, da

demonstração das origens e aplicações de recursos e das notas explicativas, exigindo somente o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado no final de cada exercício social.

Com relação à NBC TG 1000, a norma exige: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do período de divulgação, Demonstração do Resultado Abrangente do período de divulgação, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas (SANTA; LAFFIN, 2012).

O processo brasileiro de adoção das normas contábeis fundamentadas no padrão IFRS começou com as grandes companhias, a partir de 1º de janeiro de 2008, com a edição da Lei n.º 11.638/2007, as quais estão obrigadas a aplicar o conjunto completo de IFRS.

Para as PMEs, no Brasil teve início com a publicação da Resolução CFC n.º 1.255/2009, que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica (NBC T) 19.41 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, com vigência a partir dos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, sofrendo alteração em 2011 com a Resolução CFC n.º 1.329/2011 que acabou alterando a sigla e a numeração da NBC 19.41 para NBC TG 1000 (SANTA; LAFFIN, 2012).

2.4 PARALELO ENTRE NBC TG 1000 E ITG 1000

As pequenas e médias empresas devem seguir as normas expostas na NBC TG 1000, considerando que as micro empresas também podem optar pela aplicação da norma em estudo, porém destaca-se a existência da ITG 1000 (Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte), norma aprovada pelo CFC através da Resolução CFC n.º 1.418/2012, que oferece uma simplificação da NBC TG 1000, contemplando as micro e empresas de pequeno porte a realizarem os procedimentos de registro de suas operações de forma resumida comparada a NBC TG 1000.

Com isso, as empresas precisam observar tanto a NBC TG 1000, como os critérios e procedimentos simplificados de sua interpretação técnica geral – ITG 1000. Quando os critérios não estiverem contidos na ITG 1000, a empresa deve observar a NBC TG 1000 (NEVES, *et al.* 2013).

Entende-se como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte Segundo a Resolução CFC n.º 1.418 (2012, p. 2), que podem aplicar a ITG 1000:

“A sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada ou o empresário a que se refere o Art. 966 da Lei n.º 10.406/02, que tenha auferido, no ano calendário anterior, receita bruta anual até os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06”.

Os incisos I e II do Art. 3º da LC n.º 123/06 definem Micro e Pequena empresa da seguinte forma:

- I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e
- II - no caso da empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Desta forma, as empresas que adotarem a estrutura da ITG 1000 para escrituração e geração de suas demonstrações contábeis, ficam submetidas aos valores expressos de receita bruta anual até os limites previstos na Lei Complementar citada. Caso a receita ultrapasse o limite definido nos incisos I e II da LC n.º. 123/2006 a sociedade fica sujeita a NBC TG 1000.

A ITG 1000 visa desobrigar estas empresas da adoção da NBC TG 1000 - Contabilidade para PMEs, permitindo-lhes adotar um modelo simplificado para a escrituração e elaboração de demonstrações contábeis, levando em consideração a realidade quanto ao porte, volume de negócios e transações realizadas por esse conjunto de entidades (CRCPR, 2013).

As microempresas e empresas de pequeno porte que adotarem a ITG 1000 devem elaborar e divulgar obrigatoriamente o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Notas Explicativas, ressaltando-se que o CFC estimula a elaboração e a divulgação do conjunto completo de Demonstrações Contábeis, sendo: Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração dos Resultados Abrangentes, além das Notas Explicativas (CRCPR, 2013).

2.5 O PADRÃO IFRS E A CONVERGÊNCIA AS NORMAS DE CONTABILIDADE

O mercado de capital têm exigido das companhias que o integram, a preocupação com a quantidade e a qualidade das informações contábeis que são disponibilizadas para os usuários das informações contábeis dessas companhias, sejam eles internos ou externos. Consequentemente, na Contabilidade esse fenômeno tem provocado a mudança de algumas normas e legislações contábeis em busca dessa qualidade de informação. Desse modo, essa mudança tem se expandido e alcançado não só as grandes empresas que compõem os mercados de capitais, mas também as pequenas e médias empresas que integram as economias dos diferentes países (MARTINS *et al.* 2013).

A conversão para as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS para PMEs desafia para os mais de 400.000 Contadores existentes no Brasil, os fundamentos de

um modelo de negócios até então existente nas pequenas e médias empresas, envolvendo o reordenamento de informações e reclassificações nas demonstrações contábeis. No Brasil, a exigência de adoção das IFRS for PMEs envolve um universo representativo de cerca de 90% das empresas brasileiras (SILVA, 2011).

O conteúdo da IFRS para PME possui muitas simplificações em relação ao conjunto das normas específicas da IFRS. Com a emissão do pronunciamento do CPC PME que consta de 35 seções, cada uma versando sobre reconhecimento, mensuração e evidenciação de assunto específico, a absorção de todo o conteúdo do pronunciamento requer uma capacidade de compreensão ampla (PEDROZA; CALVALCANTE, 2014).

Para Silva (2011) as IFRS for PMEs contém algumas simplificações em relação as IFRS completas, entre elas: tópicos das IFRS são omitidos devido sua pouca relevância para as Pequenas e Médias tais como: Lucro por Ação, Relatórios de Segmentos, Relatórios Financeiros Intermediários. Há outras simplificações, como algumas opções de políticas contábeis não são permitidas devido ao método simples de avaliações das Pequenas e Médias Empresas. Reconhecimento e Mensuração simplificados sobre Instrumentos Financeiros, Ativos Biológicos entre outros.

A IFRS para PMEs é independente do conjunto completo das IFRSs , portanto, estão disponíveis para adoção por qualquer país, independentemente de ter adotado as IFRSs na íntegra ou não. Cabe a cada país determinar quais entidades devem adotar a IFRS para PMEs. A única restrição do Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade - IASB é que empresas listadas em bolsa e instituições financeiras, isto é, empresas obrigadas a prestar contas ao público, não devem usar a IFRS para PMEs (DELOITTE, 2011).

METODOLOGIA

O método de pesquisa pode ser entendido como o roteiro, procedimentos que ordenam o pensamento e esclarecem acerca dos meios adequados para se chega ao conhecimento, utilizado para se alcançar um fim ou um objetivo, ou seja, é o conjunto de procedimentos e técnicas utilizados de forma regular, passível de ser repetido, para alcançar um objetivo material ou conceitual e compreender o processo de investigação. Neste contexto, a metodologia é o estudo dos métodos, que tem a finalidade de ajudar o pesquisador a compreender em termos mais amplos possíveis o processo de investigação científica. (MATIAS-PEREIRA, 2012).

Para realizar o presente estudo foi feito um levantamento dos escritórios de contabilidade ativos na cidade de Cacoal/RO, por meio da Junta Comercial do Estado de Rondônia – JUCER, o qual revelou uma população de 38 empresas contábeis.

Para aplicar o instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma ferramenta para pesquisas *online* chamada Survio, *software* onde é possível configurar pesquisas *online*, ideal para saber a satisfação dos clientes, pesquisa de mercado, avaliações de desempenho ou criar sua própria pesquisa online.

O *software* está disponível em acesso em <http://www.survio.com/br/>. Com a ferramenta online *Survio*, foram coletadas as respostas *web link*, enviado aos escritórios, via correio eletrônico, além da realização de contatos prévios e posteriores via telefone convidando os contadores a participarem da pesquisa.

Obteve-se o retorno de 12 questionários respondidos pelos contadores dos escritórios de contabilidade, o que corresponde aproximadamente uma amostra de 31,57% dos escritórios, cujos dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e com uso de frequências relativas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para Gil (2012) a análise e interpretação dos dados é um processo que se inicia com a primeira entrevista, a primeira observação e a primeira leitura de um documento. Em razão da multiplicidade de enfoques analíticos que podem ser adotados, fica difícil definir a sequência de etapas a serem seguidas no processo de análise e interpretação dos dados. Para tanto, é possível, identificar algumas etapas que são seguidas na maioria dos estudos de casos, ainda que de forma não sequencial.

A pesquisa científica é uma atividade cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas as questões significativas para a compreensão da natureza. A pesquisa científica visa conhecer cientificamente um ou mais aspectos de determinado assunto. Para tanto, na vida acadêmica, a pesquisa é um exercício que permite despertar o espírito de investigação diante dos trabalhos e problemas sugeridos ou propostos pelos professores e orientadores (PRODANOV; DE FREITAS, 2013).

A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de investigar a percepção dos profissionais de contabilidade frente a adoção da NBC TG 1000 pelas pequenas e médias empresas da cidade de Cacoal-RO.

Após o retorno dos questionários respondidos, de posse do banco de dados, foi realizada a análise e discussão dos dados obtidos por meio das respostas.

No que se refere à formação dos contabilistas, foi elaborado um questionamento a fim de evidenciar a formação acadêmica dos contadores, cujos resultados encontram-se evidenciados na figura 6.

FORMAÇÃO ACADÊMICA DO RESPONDENTE		
Formação	Quantidade	Frequência Relativa %
Técnico em contabilidade	2	16,7 %
Bacharel em Ciências Contábeis	9	75 %
Especialista	1	8,3 %
Outra formação.	0	0 %
Total	12	100%

Figura 6: Perfil da amostra – Formação acadêmica dos respondentes
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os contadores também foram questionados quanto ao tempo de atuação na área contábil, e os resultados da amostra revelaram a predominância da gestão destes escritórios realizada por profissionais com menos de 3 anos de atividade (cerca de 50%), outros 25% dos entrevistados atuam entre 10 e 20 anos como profissional na área contábil, conforme apresentado na figura 7.

TEMPO DE ATUAÇÃO COMO PROFISSIONAL NA ÁREA DE CONTABILIDADE		
Tempo	Quantidade	Frequência Relativa %
Menos de 3 anos	6	50 %
Entre 3 e 6 anos	2	16,7 %
Entre 6 e 10 anos	1	8,3 %
Entre 10 e 20 anos	3	25 %
Mais de 20 anos	0	0 %
Total	12	100%

Figura 7: Perfil da amostra – Tempo de atuação como profissional na área de contabilidade.
Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Foi indaquo aos entrevistados a quantidade aproximada de empresas às quais é realizada a prestação de serviços de contabilidade, nas quais serão aplicadas as disposições da NBC TG 1000, onde se percebe a atuação do profissional para aplicação do CPC PME, em virtude de 91,7% dos respondentes afirmar possuir de 01 a 50 empresas PMEs clientes. Quando questionados se tinham conhecimento acerca da Resolução CFC nº. 1.255/2009, que

aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, de 91,7% dos respondentes afirmou conhecer a norma. Entretanto, faz-se aqui uma observação quanto ao fato de que quando questionados sobre o nível de conhecimento do conteúdo da norma, somente 50 % dos respondentes afirmaram dominar poucos aspectos, enquanto menos ainda, 25 % afirmaram ter conhecimento de todo o conteúdo da norma. As respostas encontram-se evidenciadas na figura 8.

NÍVEL DE CONHECIMENTO SOBRE O CONTEÚDO DO CPC PME		
Nível	Quantidade	Frequência Relativa %
Possui conhecimento de todo o conteúdo do CPC PME.	3	25 %
Está familiarizado com as determinações.	2	16,7 %
Domina poucos aspectos.	6	50 %
Apenas ouviu falar	1	8,3 %
Desconhece o assunto	0	0 %
Total	12	100%

Figura 8: Conhecimento sobre o conteúdo do CPC PME.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Buscou-se identificar quais foram os principais obstáculos encontrados, na percepção dos 12 respondentes em relação à adoção do CPC PME, pelas as empresas (clientes). Evidenciou-se a falta de leis que obriguem as pequenas e médias empresas a terem sua contabilidade conforme todas as previsões da NBC TG 1000 como o principal obstáculo a adoção da referida norma, conforme apresentado na figura 9.

PRINCIPAL OBSTÁCULO À ADEQUAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS PARA APLICAÇÃO DA NBC TG 1000		
Obstáculo	Quantidade	Frequência Relativa %
Falta de incentivo monetário, já que para esse maior serviço não haverá aumento dos honorários contábeis.	1	8,3 %
Poucos cursos/seminários sobre o assunto.	3	25 %
Por ser algo novo, demandará algum tempo para os profissionais se familiarizarem com o tema.	2	16,7 %
Falta de leis que obriguem as pequenas e médias empresas a terem sua contabilidade conforme todas as previsões da NBC TG 1000.	4	33,3 %
Outros. Quais?	2	16,7 %
Total	12	100%

Figura 9: Principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Um dos entrevistados relatou o seguinte ponto como sendo importante para uma efetiva aplicação da norma:

“Mudança de posicionamento do profissional em capacitação e cobrar dos clientes mudanças” (ESC-11).

Ainda em relação aos obstáculos para implantação da norma, foi elaborada uma escala de *Likert*, que para Junior e Costa (2014), consiste em desenvolver um conjunto de afirmações relacionadas à sua definição, para as quais os respondentes emitirão seu grau de concordância, nesta escala os respondentes se posicionam de acordo com uma medida de concordância atribuída ao item, com intuito de minimizar eventuais dúvidas do respondente, e para melhor confirmação de dados, por se tratar de questionário online e logo não ter a presença do pesquisador para maiores esclarecimentos.

Utilizou-se a escala de 5 pontos, sendo:

5 = Concordo plenamente;

4 = Concordo;

3 = Indiferente;

2 = Discordo; e

1 = Discordo plenamente.

Dos respondentes, 33,3 % optaram pelo grau de concordância 4, e concordam que o principal obstáculo para implantação do CPC PME é falta de incentivo monetário, considerando que mesmo com a agregação de serviços que se tornam necessários para adequação a norma, é inviável a um aumento no valor dos honorários contábeis, considerando fatores como o desconhecimento e a incompreensão por parte dos clientes, o que resultaria numa evasão de clientes.

Quanto os aspectos ou situações que geram mais dificuldades ou dúvidas relacionadas à aplicação do pronunciamento técnico para o profissional da área contábil, foi elaborada uma questão em aberta afim de que o respondente expressasse sua opinião. Destacando-se as seguintes opiniões dos respondentes:

“Convencer as pequenas e médias empresas de que a contabilidade não é só fisco” (ESC-02).

“Em um contexto geral, as dificuldades são fomentadas pelo desinteresse do profissional com relação a capacitação” (ESC-11).

Ao analisar a escala de *Likert*, 58,3 % dos respondentes afirmaram que a complexidade do texto da NBC TG 1000 e a consequente dificuldade de entendimento deste pelos profissionais que atuam nos escritórios é um fator que dificulta a aplicação da norma na íntegra.

Outra concordância também é atribuída pelos entrevistados, com 41,7 %, os quais concordam há dificuldade de aplicação da norma, e consequentemente na elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas, resultantes da falta de apoio dos administradores das empresas (clientes), devido à omissão de informações, documentação não entregue, ou documentação sem os devidos procedimentos e omissão de informações.

Outra indagação foi acerca da receptividade dos clientes em relação à aplicação da NBC TG 1000. Além das opções de resposta, foi dada a opção “Outra”, a fim de que o respondente expressasse uma situação divergente das propostas. Cinco (05) dos entrevistados optaram por responder a questão na modalidade “aberta”. Destacando-se as seguintes respostas obtidas:

“Foram informados, mas poucos enviam as documentações necessárias para a realização das demonstrações contábeis” (ESC-10).

“Ainda se mantêm como se fosse obrigação apenas do contador” (ESC-12).

O resultado das respostas objetivas obtidas de 7 contabilistas respondentes foram discriminados na figura 10.

RECEPTIVIDADE DOS CLIENTES DO ESCRITÓRIO EM RELAÇÃO A NBC TG 1000?		
Receptividade dos clientes	Quantidade	Frequência Relativa %
Não sabem da existência da norma, pois não se aplica a nenhuma empresa.	2	16,7 %
Somente as empresas em que é aplicada a norma foi realizado um trabalho informacional com os usuários das informações geradas pelas modificações resultantes da aplicação da NBC TG 1000.	1	8,3 %
Todos os clientes foram informados quando a aplicação dessa norma, pois ainda que indiretamente eles serão afetados por elas.	4	33,3 %
Outra. Descreva.	5	41,7 %
Total	12	100%

Figura 10: Receptividade dos clientes em relação a NBC TG 1000.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Observa-se, ainda, que 50 % dos respondentes concordam, e outros 41,7 % concordam plenamente que não há interesse por parte dos clientes quanto a utilização da contabilidade para o gerenciamento dos seus negócios e por não entenderem a importância das demonstrações contábeis, as empresas ainda creem que a contabilidade é apenas para atender o fisco.

É perceptível que não há uma compreensão plena por parte dos usuários das informações contábeis quanto a importância de analisar a posição financeira da empresa pelo balanço patrimonial, a demonstração do resultado analisar o desempenho, o fluxo de caixa, e

tomar as decisões com informação de qualidade, conforme é o objetivo das demonstrações contábeis no item 2.2 da resolução CFC 1255/2009.

Para 41,7 % dos respondentes concordam que uma das maiores dificuldades em aplicar a NBC TG 1000 será converter a cultura empresarial que até então é voltada a gerar informações para o fisco e não informações contábeis, enquanto os demais 33,3% concordam plenamente a afirmação.

Evidencia-se outro dado importante para o estudo: Quais são as empresas abrangidas pelas disposições legais dessa norma contábil? As respostas estão apresentadas na figura 11.

QUAIS SÃO AS EMPRESAS ABRANGIDAS PELAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DESSA NORMA CONTÁBIL?		
Empresas abrangidas	Quantidade	Frequência Relativa %
Empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais.	2	16,7%
Sociedades por ações.	0	0 %
Todas as Pequenas e Médias Empresas.	8	66,7 %
Desconheço essa informação.	2	16,7 %
Total	12	100%

Figura 11: Principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Oito respondentes assinalaram a opção sendo Todas as Pequenas e Médias Empresas. Esta Norma se destina à utilização por pequenas e médias empresas (PMEs), no entanto o item 1.2 do CPC PME descreve características das PMEs a quem se destina a norma:

Pequenas e médias empresas são empresas que:

(a) Não têm obrigação pública de prestação de contas; e

(b) Elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito (CFC 2009, p. 6).

Percebe-se, portanto, uma fragilidade no domínio de conhecimento dos respondentes sobre quais empresas estão abrangidas pelas disposições do CPC PME.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a percepção do profissional contábil diante da implantação da NBC TG 1000 aplicada às pequenas e microempresas, por meio dos escritórios contábeis da cidade de Cacoal, estado de Rondônia.

Com a realização do estudo apresentado pode-se verificar alguns fatores que dificultam a adoção e aplicação das disposições da norma, apurando-se que a maioria dos respondentes conhecem sobre a existência da norma, mas afirmam o pouco domínio interpretativo e prático, dificultando a aplicação da norma na íntegra.

Para alguns respondentes, a dificuldade relatada é resultado da sobrecarga de trabalho para atender as exigências do fisco e a falta de divulgação, orientação e treinamento por parte dos órgãos competentes e entidades classistas, pois 75 % dos entrevistados afirmam não ter participado de capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma, e ter utilizado apenas material de leitura comentada disponível.

Verificou-se ainda que a maioria dos contadores concordam plenamente que há agregação de valor à contabilidade e o aumento da comparabilidade dos demonstrativos em decorrência da adoção da NBC TG 1000, sendo o objetivo das demonstrações contábeis preparadas de acordo com o pronunciamento técnico PME, fornecer informações úteis a uma vasta gama de usuários, entretanto, os entrevistados afirmam que há desinteresse dos clientes em relações as demonstrações contábeis, pois a maioria ainda tem uma mentalidade de que a contabilidade é só para atender o fisco, e não se atentam em utilizar as informações produzidas pela aplicação das técnicas contábeis para tomada de decisão e uso gerenciais.

Importante ressaltar que os resultados apresentados limitam-se à amostra investigada. Como recomendações para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizados outros estudos, verificando-se a percepção dos respondentes de diferentes cidades, podendo ampliar o instrumento com questões que não foram contempladas neste estudo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Jerônimo; ANTUNES, Guilherme MB; PENTEADO, Isis Malusá. A convergência contábil brasileira e a adoção das normas internacionais de contabilidade: o IFRS 1. **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 10, 2007. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf>> Acesso em: 24 de Jun. 2015.

ALVES, Eudócia Rafaela Moreira. **A implantação dos IFRS nas PMES do Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2011.

ALVES, Fernando Lins. *Et al.* **Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas.** Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set/dez 2013.

BRASIL. Lei complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em 18 de Jun. 2015.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 28 Fev. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ. **Práticas contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos.** Curitiba: CRCPR, p. 184-186, 2013. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 02 de Mar. 2015

DA COSTA, Geovani Alves; DE MELO, Maurílio Alves. **Ética profissional: um desafio para o contador na era digital.** Revista Cogitatem, v. 1, n. 1, p. 1-19, 2015.

DAS NEVES, Douglas Rego; LORANDI, Joisse Antonio. NBC TG 1000: Um estudo sobre a convergência contábil internacional para pequenas e médias empresas nos escritórios contábeis de Santa Catarina.

FARIA, Camilla Teles de Araújo; SILVA, Denise Mendes da. **A adoção do CPC PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas.** R. Cont. Ufba, Salvador-Ba, v. 8, n. 3, p. 75 - 91, set-dez 2014. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/viewFile/9794/9104>> Acesso em: 08 Mai. 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** PLAGEDER, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª edição. Atlas, 07/2012.

GIROTTTO, Maristela. **Brasil começa a adotar o IFRS na contabilidade de PMEs.** Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, v. 186, p. 7-23, nov./dez. 2010. Disponível em: <http://www.fucape.br/downloads/reportagem_rbc_186.pdf>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

GUIMARÃES, Leda Maria et al. **O profissional contábil diante da convergência das normas contábeis: análise da preparação desse profissional nos processos organizacionais.** VIII SEGET–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2011. Disponível em: <<http://www.inf.aedb.br/seget/artigos11/34414349.pdf>> Acesso em 02 Jun. 2015.

GRANHA, Marco Antonio. **Adoção e implantação da NBC TG 1000 – contabilidade para pequenas e médias empresas: um estudo nas empresas de serviços contábeis de Pernambuco.** Recife 2014. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11517>> Acesso em: 21 Mar. 2015.

KLEIN JÚNIOR, Gert Rudolfo; SOUZA, Ângela Rozane Leal de. Adequação das novas normativas contábeis de controle patrimonial à prática das pequenas e médias empresas. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 22-28, jan/abr. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2010.

MARION, José Carlos; SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo. Editora Atlas S.A, 2013.

MARTINS, Orleans Silva; CUNHA, Amanda Santos Lima da; GARCIA, Inajá Allane Santos. **Um estudo perceptivo sobre a aplicação do CPC para pequenas e médias empresas no estado da paraíba**. ReCont: Registro Contábil – Ufal – Maceió/AL, Vol. 4, Nº 3 , p. 19-38, set./dez. 2013. Disponível em:

<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/684/pdf_1> Acesso em 08 de Mai. 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo. Atlas, 2012.

MENDES, Wagner. **Contabilidade Para Pequenas e Médias Empresas (PME)**. 1º Edição. São Paulo. Editora IOB Folhamatic, 2014.

MENEZES, Fernanda Dourado. *et al.* **Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de campina grande, PB**. 2014. Disponível em:

<<http://www.seer.ufal.br/index.php/registrocontabil/article/view/530>> Acesso em: 20 Mar. 2015.

MKT – Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia (ISSN 1983-9456 Impressa e ISSN 2317-0123 On-line), São Paulo, Brasil, V. 15, p. 1-16, outubro, 2014 - www.revistapmkt.com.br. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. Severino Domingos da Silva Júnior/ Francisco José Costa.

Norma internacional de relatório financeiro para pequenas e médias empresas: (IFRS para PMEs). -- São Paulo: IBRACON-Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. 2010.

OLIVEIRA et al. **O processo de convergência às Normas internacionais de Contabilidade: um estudo sobre a adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 17 na área da construção civil**. Perquirere, 9(1):362-376, jul. 2012. Disponível em:

<<http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/55708/o-processo.pdf>> Acesso em: 16 de Jun. de 2015

PEDROZA, Jane Kelly Batista Ramalho; CAVALCANTE, Paulo Roberto Nóbrega. **IFRS para PMES: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item**. São Paulo, 21 a 23 de Julho de 2014. Disponível em:

<<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos142014/440.pdf>> Acesso em: 23 Mar. 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

PEREIRA, Kene Cristina. Uma iniciação a comparação das práticas contábeis internacionais (IAS), americanas (EUA) e brasileiras (BR). *Pensar Contábil*, v. 6, n. 21, 2015.

SANTA, Stephane Louise Boca; LAFFIN, Marcos. Benefícios para as Pequenas e Médias Empresas com as mudanças nas Normas Brasileiras de Contabilidade. *R. Cont. Ufba*, Salvador-Ba, v. 6, n. 1, p. 20-32, janeiro-abril 2012

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windson Espenser. **Contabilidade: Com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Atualizado pela legislação até fevereiro de 2014 – Leis nº 11.638/07, 11.941/09, NBC TG 1000 (CPC – PME) E ITG 1000. 3ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2014.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Micro e pequenas empresas em números**. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>> Acesso em: 12 Abr. 2015.

SEBRAE (Org.) Anuário do trabalho na micro e pequena empresa. 6. ed. 2013.

SILVA, Raul Corrêa da. *In*: SOARES, Jairo da Rocha (Coord.). **Normas Internacionais de Relatórios Financeiros para Pequenas e Médias Empresas – IFRS-PME**. 2011. Disponível em: <<http://www.bdobrazil.com.br/en/publicacoes.html>>. Acesso em: 18 Jun. 2015.

_____. **Resolução CFC nº 803, de 19 de Outubro de 1996**. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador – CEPC. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 25 Jun. 2015.

_____. **Resolução CFC nº 1.115, de 14 de Dezembro de 2007**. Aprova a NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 15 Jun. 2015.

_____. **Resolução CFC nº 1.255, de 10 de Dezembro de 2009**. prova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 28 Fev. 2015.

APENDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONTADORES ATUANTES EM ESCRITÓRIOS NO MUNICÍPIO DE CACOAL – RO.

Sou **JHONATHAN HENRIQUE MESSIAS HELMER**, acadêmico do curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Campus Professor Francisco Gonçalves Quiles (Cacoal), e estou realizando uma pesquisa sobre a **“PERCEPÇÃO DO PROFISSIONAL CONTABIL DIANTE DA IMPLANTAÇÃO DA NBC TG 1000 APLICADA ÀS PEQUENAS E MICROEMPRESAS”**. Para isso, necessito de sua valiosa contribuição respondendo aos questionamentos apresentados por meio deste roteiro de entrevista. A média de tempo de resposta é de 20 min. Ressalta-se que seu anonimato será garantido.

Agradeço.

I – PERFIL DO RESPONDENTE

1. Qual a Formação acadêmica do respondente?

- a) ☐ Técnico em contabilidade
- b) ☐ Bacharel em Ciências Contábeis
- c) ☐ Especialista.
- d) ☐ Outra formação. Qual? _____

2. Há quanto tempo atua como profissional na área de contabilidade?

- a) ☐ Menos de 3 anos
- b) ☐ Entre 3 e 6 anos
- c) ☐ Entre 6 e 10 anos
- d) ☐ Entre 10 e 20 anos
- e) ☐ Mais de 20 anos

II – PERCEPÇÃO QUANTO A NBC TG 1000

3. Você conhece a Resolução CFC nº. 1.255/09, que Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, também conhecido como CPC PME?

(☐) Sim (☐) Não

4. Em sua opinião, qual seu nível de conhecimento sobre o conteúdo do CPC PME?

- a) ☐ Possui conhecimento de todo o conteúdo do CPC PME.
- b) ☐ Está familiarizado com as determinações.
- c) ☐ Domina poucos aspectos.
- d) ☐ Apenas ouviu falar
- e) ☐ Desconhece o assunto

5. Se você possui conhecimento sobre o conteúdo da NBC TG 1000, você participou de alguma capacitação para obtenção de conhecimento e aplicação da norma?

(☐) Sim (☐) Não

6. Se sua resposta ao questionamento “5” foi “Sim”, de qual tipo de capacitação você participou ou ainda participa, visando viabilizar a aplicação correta dessa norma? (Cursos, manuais, debates, palestras, oficinais, dentre outros).

7. Em sua opinião, você domina poucos aspectos relacionados a interpretação e aplicação da NBC TG 1000?

() Sim

() Não

8. Se sua resposta a questão “7” foi “Sim”, quais as maiores dificuldades encontradas para realizar a capacitação necessária ao domínio da prática e da teoria da NBC TG 1000?

9. Em sua opinião, quais os aspectos ou situações que geram mais dúvidas e dificuldades relacionadas à aplicação da NBC TG 1000 para o profissional da área contábil?

10. O que você considera como principal obstáculo à adequação das exigências para aplicação da NBC TG 1000?

a) () Falta de incentivo monetário, já que para esse maior serviço não haverá aumento dos honorários contábeis.

b) () Poucos cursos/seminários sobre o assunto.

c) () Por ser algo novo, demandará algum tempo para os profissionais se familiarizarem com o tema.

d) () Falta de leis que obriguem as pequenas e médias empresas a terem sua contabilidade conforme todas as previsões da NBC TG 1000.

e) () Outros. Quais? _____

11. Como está a receptividade dos clientes do escritório em relação a NBC TG 1000?

a) () Não sabem da existência da norma, pois não se aplica a nenhuma empresa.

b) () Somente as empresas em que é aplicada a norma foi realizado um trabalho informacional com os usuários das informações geradas pelas modificações resultantes da aplicação da NBC TG 1000.

c) () Todos os clientes foram informados quando a aplicação dessa norma, pois ainda que indiretamente eles serão afetados por elas.

d) () Outra. Descreva. _____

12. Qual a quantidade aproximada de empresas às quais é realizada a prestação de serviços de contabilidade, nas quais serão aplicadas as disposições da NBC TG 1000?

a) () Em nenhuma das PME clientes

b) () De 01 a 50 das PME clientes

c) () De 51 a 100 das PME clientes

d) () De 101 a 150 das PME clientes

e) () Mais de 150 das PME clientes

13. Em sua opinião, conforme o conhecimento obtido acerca da NBC TG 1000, quais são as empresas abrangidas pelas disposições legais dessa norma contábil?

a) () Empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais.

b) () Sociedades por ações.

c) () Todas as Pequenas e Médias Empresas.

d) () Desconheço essa informação.

Quanto às afirmações apresentadas abaixo, assinale o número que representa o seu grau de concordância, sendo:

LEGENDA:

5 = Concordo plenamente.

4 = Concordo.

3 = Indiferente

2 = Discordo.

1 = Discordo plenamente.

AFIRMAÇÕES	5	4	3	2	1
1. A complexidade do texto da NBC TG 1000 e a consequente dificuldade de entendimento deste pelos profissionais que atuam nos escritórios é um fator que dificulta a aplicação da norma na íntegra.					
2. O prazo entre a divulgação, vigência e aplicação da NBC TG 1000 é muito curto, prejudicando assim a sua correta adoção.					
3. Uma das maiores dificuldades em aplicar a NBC TG 1000 será converter a cultura empresarial que até então é voltada a gerar informações para o fisco e não informações contábeis					
4. O grande obstáculo para a adequação das pequenas e médias empresas ao formato CPC PME, é Falta de incentivo monetário, já que para esse maior serviço não haverá aumento dos honorários contábeis.					
5. Haverá uma maior valorização do profissional no mercado de trabalho que aderir a exigência de adoção de práticas contábeis em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME.					
6. As empresas ainda tem um mentalidade de que a contabilidade é só para atender o fisco, ainda não atentaram para a importância de analisar a posição financeira da empresa pelo balanço patrimonial, a demonstração do resultado analisar o desempenho, o fluxo de caixa, e tomar as decisões com informação de qualidade.					
7. A elaboração das notas explicativas gera uma das dificuldades para aplicação da NBC TG 1000, contabilidade das PMEs.					
8. O que dificulta a aplicação da norma, e consequentemente da elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas, é a falta de apoio dos administradores das empresas clientes, devido à omissão de informações, documentação não entregue, ou documentação sem os devidos procedimentos e omissão de informações.					
9. Há agregação de valor à contabilidade e aumento da comparabilidade dos demonstrativos em decorrência da adoção da NBC TG 1000.					
10. Há uma dificuldade na qualificação dos profissionais da área, pois os cursos oferecidos pelas entidades da classe como CRC, IBRACON e SESCAP, não capacita de forma adequada.					